

A natureza e o brasileiro: reflexões sobre Vilém Flusser e Sérgio Buarque de Holanda

Alexandre Pinheiro Ramos¹
Helena Vieira Leitão de Souza²

Resumo: *Este artigo tem como objetivo fornecer uma análise introdutória de algumas das ideias desenvolvidas por Vilém Flusser, apresentadas em seu livro Fenomenologia do Brasileiro, acerca da temática da relação entre a natureza e o brasileiro. Em seguida, visando expandir nossa reflexão, pretendemos estabelecer um diálogo entre tais ideias e algumas apresentadas por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro Raízes do Brasil, sobretudo no que tange a discussão do “homem cordial”.*

Palavras-chave: Vilém Flusser; Fenomenologia do Brasileiro; Sérgio Buarque de Holanda.

Abstract: *The objective of this paper is to provide an introductory analysis to the ideas developed by Vilém Flusser about the relationship between nature and the Brazilians presented in his book Fenomenologia do Brasileiro. Next, in attempt to expand our analysis, we will try to establish an approach from these ideas to some of Sérgio Buarque de Holanda’s presented in his book Raízes do Brasil (Roots of Brazil), above all focusing in his discussion about the “homem cordial”.*

Key-words: Vilém Flusser; Fenomenologia do Brasileiro; Sérgio Buarque de Holanda.

1. Introdução

Se examinarmos os programas de disciplinas de graduação como Historiografia, para História, e Pensamento Social Brasileiro, para Ciências Sociais, encontraremos, em vários casos, os mesmos autores e obras. Se por um lado isto mostra que ambos os campos do conhecimento não se encontram tão separados como às vezes se imagina (ou não deveriam, pelo menos), por outro, e é isto o que nos interessa no momento, fica explícita a importância de tais autores para o Pensamento Brasileiro compreendido como um todo. A presença de nomes como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, dentre outros, não são meras coincidências disciplinares, ao contrário, atestam a importância destes autores que se comportam como verdadeiros clássicos, compreendidos na definição de Jeffrey Alexander como “o resultado do primitivo esforço da exploração humana que goza de *status* privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo”³. Parece, no entanto, que esta ilustre galeria pode contar com a participação de mais uma proeminente figura, a despeito de algumas particularidades que o distinguem daqueles autores: Vilém Flusser.

Embora não fosse brasileiro de nascença, Vilém Flusser produziu importante obra (a qual compreendia livros e artigos) em português e teve livros traduzidos para outras línguas – aquele que talvez seja o mais conhecido, *Filosofia da Caixa Preta*, ganhou tradução em mais de dez línguas –, e pesquisadores de outros países têm se mostrado bastante interessados em sua produção. Curiosamente, no Brasil ele é pouco conhecido. Este pequeno artigo, assim, procurará apresentar um breve vislumbre de algumas de suas ideias esboçadas em um livro que, sem dúvida, deveria situar-se ao lado das obras seminais daqueles autores citados acima: *Fenomenologia do Brasileiro*. Visando alcançar tal intento, dividimos o presente trabalho em duas seções distintas, porém interdependentes: a primeira visa fornecer uma explanação sistemática de uma problemática particular retirada da *Fenomenologia do Brasileiro*, algo como uma apresentação ou introdução a um aspecto de seu pensamento, a maneira como o autor trabalha; a segunda procura, partindo de pontos apresentados na anterior, aprofundar algumas questões por meio de um diálogo entre as ideias de Vilém Flusser e as de Sérgio Buarque de Holanda, apresentadas em seu *Raízes do Brasil*.

Notarão os leitores que percorram o texto em toda a sua extensão algumas passagens cujo conteúdo, de algum modo, se repete – embora estejam tratados de modos bastante distintos. Isto se dá como um recurso que visa auxiliar na compreensão daquilo que é exposto, pois procuramos seguir a lógica do pensamento de Vilém Flusser da maneira como aparece em seu livro, encadeando, assim, as ideias apresentadas e desenvolvidas. Antes de seguirmos com nosso trabalho, um primeiro esforço de reflexão sobre a obra de Flusser, parece útil uma breve biografia deste para, depois, avançarmos.

Vilém Flusser nasceu em Praga, no ano de 1920, filho de uma família de judeus intelectuais. Em 1939 iniciou estudos de Filosofia na *Kars-Universität*, mas saiu de Praga no mesmo ano devido à invasão nazista – toda sua família morreria nos campos de concentração. Após um tempo na Inglaterra, migrou para o Brasil em 1940, com Edith Barth, com quem se casou já no Rio de Janeiro e se estabeleceu em São Paulo, onde nasceram os três filhos do casal. Naturalizou-se brasileiro em 1950, sendo que a partir do final dessa década tornou-se colaborador do jornal *O Estado de São Paulo*. Em 1959 tornou-se professor de Filosofia da Ciência na Universidade de São Paulo e a partir dos anos 60, lecionou Filosofia da Linguagem no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos e se tornou colaborador do Instituto Brasileiro de Filosofia, publicando regularmente na *Revista Brasileira de Filosofia*. Saiu da Universidade de São Paulo em 1970, quando seu contrato não foi renovado, retornando à Europa em 1972, acabando por se estabelecer na França, onde,

desde 1975, palestrava e ministrava seminários da *École d'Art d'Aix-em-Provence*. Permaneceu visitando regularmente o Brasil. Em 1991, tornou-se professor convidado na *Ruhr-Universität Bochum*, na Alemanha, porém, acabou por morrer no mesmo ano em um acidente automobilístico nas proximidades de Praga.

Fenomenologia do Brasileiro: em busca de um novo homem, publicado originalmente em 1994, é um de seus livros mais importantes. Foi escrito em português e em alemão, sendo publicado primeiro em alemão (*Brasilien onder die Suche nach dem neuen Menschen: Für eine Phänomenologie der Untereentwicklung*)⁴. Para o presente trabalho, nos concentraremos no capítulo que Flusser trata da problemática natureza.

2. O problema da natureza para Vilém Flusser

Para Flusser, definir o que é a natureza trata-se de uma complicada questão teórica – ainda que sempre em oposição ao que seria cultura – pois é difícil definir os limites que cada definição pressupõe. E, para o filósofo, uma das provas dessa dificuldade em se distinguir natureza de cultura se daria justamente no caso da paisagem brasileira, onde seria difícil se distinguir o que é natureza e o que é cultura, pois em alguns casos, a natureza apresenta-se com uma estrutura mais complexa que aquilo que é feito culturalmente; o que é feito culturalmente apresenta uma natureza de segundo grau e a luta que ocorre entre o homem de um lado e os elementos da natureza de outro, no Brasil, poderia ser visto como um processo determinado ecologicamente. E pensando (como Hannah Arendt, citada pelo autor) que os homens de fato laboram – alteram a natureza para formar bens que logo se decompõem em natureza – eles não seriam mais que os animais e as plantas. A conclusão de Flusser acerca desse dilema teórico é que o brasileiro não está ligado à natureza do país: ou ele vive na natureza, sendo quase parte dela; ou a destrói indiscriminadamente. Não há ligação, pois esta supõe afastamento e retorno. Não haveria amor à natureza no Brasil e isso é parte da essência brasileira; o pretense amor às belezas naturais do país, por sua vez, seria parte de uma ideologia romântica, importada tardiamente.

Falar em beleza da natureza já seria uma questão complicada por si só, pois pressupõe aplicar-lhe medidas estéticas, como se ela fosse obra da ação humana, com medidas estéticas que seriam objetivas. Ver a natureza esteticamente faz com que não seja mais possível vê-la ontologicamente – achar a natureza bela ou feia não é mais achá-la natureza, mas obra. E as medidas estéticas são determinadas pela cultura, historicamente.

Na Europa, tais constatações não resultariam em problemas, pois lá a natureza está impregnada de cultura, seja por manipulação, seja por associação histórica. Porém, no Brasil,

a atitude estética faz a natureza se tornar uma obra de arte, o que leva a uma obra ser considerada bela ou feia são os seus fenômenos acidentais. Para Flusser, seria isso que explicaria porque turistas e locais vivenciam esteticamente uma paisagem de maneira diversa: os turistas vêem a estrutura da paisagem, julgando-a bela ou feia, sendo que no caso brasileiro, acabam por achá-la mais ou menos “feia”; já os habitantes locais vêem somente os acidentes – informativos, segundo Flusser – e acabam por achar sua paisagem sempre bela. Como exemplo de sua explanação, Flusser utiliza o seguinte trecho do hino nacional brasileiro: “Teus risonhos, lindos campos têm mais flores”. O estrangeiro que ouvisse ou lesse tal trecho acharia tratar-se unicamente de exagero, pedantismo, mera pose, afinal, há poucos campos no Brasil, um país conhecido pela riqueza de suas matas e pela diversidade de seus ecossistemas; mas é justamente o fato de haver poucos campos e poucas flores neles que faz com que sejam considerados especiais.

De fato, para o estrangeiro-turista, o Brasil passaria uma imagem falsa, prometendo, sob o signo da tropicalidade, um paraíso, inocente e sexual ao mesmo tempo. Porém, tal paraíso logo se transformaria em tédio, devido à repetição, à mesmice das paisagens. No interior, não encontrará acidentes geográficos interessantes, exceto alguns casos isolados, não há animais grandes – a fauna é toda muito pequena (embora hoje saibamos que, apesar de pequena, a fauna brasileira é uma das mais ricas e variadas do mundo). E o brasileiro, por sua vez, está tão alheio dessa paisagem, que constrói altos prédios na orla, procurando sempre derrubar a natureza – um exemplo disto seria o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Ele não percebe a monotonia da natureza, porque está imerso nela e com ela está habituado, para ele desaparece a paisagem. Ele não a vivencia, não passeia nela e não a conhece nem procura conhecer. Quando olha a paisagem, consegue apenas ver os acidentes – e os acha belos.

Os que cantavam a beleza da natureza brasileira o faziam devido a um amor descendente do romantismo francês, importado, gerador do que Flusser chamou de sublitteratura: provava sua ideia com Machado de Assis, o oposto dessa sublitteratura, que não contemplava a paisagem em seus romances em momento algum; e com Guimarães Rosa, que trata a natureza em seus romances não como paisagem, mas fundida ao homem. Por sinal, é interessante notar que esses dois exemplos da literatura que Flusser fornece representam as duas imagens que ele constrói acerca do brasileiro em sua relação com a Natureza: a do brasileiro que vive distante da natureza, contra ela (Machado de Assis) e a do brasileiro que vive dentro dela, sem distância (Guimarães Rosa).

Flusser conclui que o brasileiro não tem como assumir uma posição estética diante da natureza – ela é inapropriada para a situação brasileira. E, por isso, ele se centra na imagem

do brasileiro que vive contra a natureza; porque esse brasileiro é um espírito humano lutador, que combate uma natureza pérfida. Pérfida, mas que se apresenta como submissa, plástica, enganadora. A visão de Flusser humaniza a natureza, demonstrando-a como uma inimiga cruel do homem brasileiro. Exemplo dessa perfídia seria a pobreza do solo – “em se plantando tudo dá”, afirma Flusser, mas por apenas duas colheitas; a natureza se recusa a alimentar o homem mais do que isso.

Outro exemplo, quase que óbvio, seria a Amazônia: a terra lá não sustenta a vida, como bem se sabe. O calor, a água e esse “desprezo” à terra permitem que se tenha uma flora grandiosa, mas somente isso. Nesse caso, só se pode conservar e aproveitar a floresta – o que seria difícil, segundo Flusser, por causa da dificuldade de se ter uma extração vegetal verdadeiramente produtiva; ou derrubá-la para a agricultura, o que ele sabia que seria inviável, o paraíso verde se tornaria um inferno cinza, desértico e vazio – pura perfídia da natureza. No Nordeste encontraríamos outros exemplos: as secas, que deixam homens e animais famintos, desesperados. E, para completar a desgraça, os rios que correm e que são permanentes correm do oceano para a continente, o que não permitira um transporte adequado. Novamente, é a perfídia da natureza, como que se vingando dos que tentam dominá-la.

Essa perfídia faz com que a natureza, ao contrário de outras partes do mundo, não seja uma Mãe para os seus habitantes, daí não se ter um sentimento de parentesco com a terra. Porque a natureza brasileira finge ser mãe para ocultar que é inimiga, que é “madrasta”. Finge ser boa: o clima no Brasil é quase que majoritariamente quente – e pessoas morrem de frio; há muito minério de ferro, mas pouco carvão mineral; há três grandes bacias hidrográficas (como já mencionado acima), sendo que uma é a amazônica e as de São Francisco e do Paraná são interrompidas por grandes cachoeiras (exemplo dos acidentes geográficos admirados pelos brasileiros, mas que seria, na realidade, algo para se lamentar, porque atrapalham a funcionalidade dos rios) o que não permite uma boa navegação fluvial; as oscilações anuais são pequenas, quase não há diferenciação entre inverno e primavera, o que permitiria grandes construções, tais como estradas rodoviárias e ferroviárias e aquedutos, mas as oscilações diárias são bastante acentuadas, o que dificulta a elaboração dessas grandes obras.

Essa terrível combinação de bondade maternal aparente com perfídia de madrasta real moldaria passaria despercebida da grande maioria dos brasileiros, que, tendo dificuldade de enxergar a natureza como ela é, não a conseguem vivenciar. Além disso, mesmo que pudessem, em algum momento, ter clareza dessa situação, se recusariam a admitir e reconhecer. Porém, caso algum dia tal intento fosse conseguido, surgiria no Brasil um novo tipo humano, um modelo para uma humanidade em crise. Porque a maldade da Natureza

exige tanta mobilização das forças intelectuais, sentimentais e intuitivas que por fim não sobra mais nenhuma força que possa ser mobilizada contra algum outro homem. Isso faz do brasileiro alguém incapaz de odiar e invejar – seu ódio todo está voltado contra a natureza.

As sociedades européias dominam a Natureza, por isso que podem assumir perante ela uma atitude estética. E também é por isso que elas possuem energia não gasta, ódio não consumido que tem que ser dirigidos para outro homem, que se torna objeto e por isso não pode ser reconhecido, o que leva à solidão e ao homem tomar a si mesmo como objeto. Para Flusser, é o progresso que provoca tal processo que, no momento de sua escrita, parecia não ter saída.

O brasileiro não vivencia tais problemas e nem eles lhe dizem respeito de imediato. A sociedade brasileira luta, sem o saber, contra a natureza pérfida e isso faz da sociedade brasileira unida, apesar das enormes diferenças que se encontram dentro dela – de classe, de raça, de nível cultural e ideológico. A sociedade brasileira é unida e democrática por causa da natureza maligna. É isso que criaria uma solidariedade da qual nem sempre o brasileiro está consciente, mas que é muito óbvia para o imigrante (condição do próprio Flusser, convém lembrar), em contraste ao que é observado e vivenciado na Europa.

A cordialidade, sempre denotada como traço característico do brasileiro, é chamada por Flusser de amabilidade, pois o povo brasileiro merece ser amado, pois não sabe ser odioso e não sabe odiar o outro e não compreende o ódio dos outros. O que os brasileiros têm é uma solidariedade que não se manifesta como responsabilidade coletiva por grupos, pois tal responsabilidade é resultado da objetivação do outro. Mas o brasileiro nunca vê ou trata o outro como objeto, mas como sujeito, logo, cada um é responsável por si mesmo.

Daí, acredita Flusser, vir a falta de responsabilidade que existe na sociedade brasileira: irresponsabilidade percebida no vandalismo aos bens públicos e privados; e também na quase-indiferença existente ante as injustiças – essa falta de responsabilidade, fruto da luta contra a natureza, é, na visão de Flusser, a chaga social do brasileiro e é preciso superar essa falta de responsabilidade por algo que não seja também responsabilidade – amor.

Devido a toda essa conjuntura apresentada por Flusser, é que o brasileiro tem uma relação cordial com o seu próximo. Embora houvesse uma pregação do ódio – importada da Europa – a “politização das massas”, a cordialidade e a amabilidade do brasileiro não eram modificadas, porque a ameaça da natureza ainda era maior do que qualquer ameaça humana. Se, pensa Flusser, em algum momento a situação mude e o ódio penetre de vez no país, a essência do brasileiro desapareceria.

Flusser conclui sua argumentação lamentando, caso se dê essa perda, pois o que pretendia demonstrar era que havia, no Brasil, um novo tipo de ser humano em desenvolvimento, que poderia ser um elemento importante para a superação da crise da humanidade.

É interessante comparar sua visão com a do filósofo alemão Immanuel Kant, que achava que só podia-se ver beleza através de um olhar desinteressado, despido de conceitos acerca de utilidade e funcionalidade. Sendo assim, poderíamos dizer que talvez Flusser não conseguisse enxergar a beleza da natureza brasileira porque não possuía tal olhar desinteressado: como procura (e não encontra) utilidade na natureza brasileira, não consegue apreciá-la como bela. Não vê os rios brasileiros em sua beleza, porque eles não são funcionais para a navegação. Por isso, Flusser (e os brasileiros) não obtém o prazer estético, que é um prazer capaz de suspender todos os interesses – os de *destruição e consumo*, principalmente.

3. Natureza, Homem Cordial e o Novo Homem: um diálogo entre Vilém Flusser e Sérgio Buarque de Holanda (?)

Nesta seção, tencionamos menos afirmações peremptórias e mais propor uma abordagem, dotada de certo tom ensaístico, a qual busque apontar para possibilidades de reflexão relativas à obra de Vilém Flusser capazes de levar a um diálogo certamente positivo entre este autor, ainda pouco conhecido do público nacional a despeito, como já foi mencionado, de ter produzido em português (talvez se tivesse escrito em outra língua, estaríamos lamentando a falta de tradução), e outros de importância capital para o pensamento brasileiro, cujos esforços empreendidos para a compreensão do país são, até hoje, louvados e continuam a instigar-nos com análises que, em muitos aspectos, orientam nossos próprios estudos. Acreditamos que a obra de Flusser, sobretudo este livro em particular ao qual optamos por nos limitar, não deixa a desejar no que tange à acuidade de suas reflexões, efetuadas sob uma dimensão bastante singular, além de renovar ou revitalizar os ângulos através dos quais procuramos compreender nossa própria sociedade – sem mencionar, claro, os novos que são abertos. Neste sentido, nessa primeira tentativa de, após atentarmos para uma porção (diminuta) de seu pensamento, propor um diálogo com alguns dos principais “intérpretes” do Brasil, acreditamos que um em particular pode propiciar tal encontro: Sérgio Buarque de Holanda.

Não se trata, como deve ter ficado claro, de uma comparação (ou confronto) ampla ou minuciosa na qual serão buscadas conclusões – não é esta nossa intenção. É, na verdade, um diálogo inicial, de caráter introdutório (e por que não dizer “cordial”?), onde o

desenvolvimento da problemática apresentada na seção anterior possibilita esta abertura, quase um convite para um encontro talvez inusitado, mas de inegável valor. Assim, utilizando a questão da natureza e de sua relação com o homem brasileiro como ponto de partida, pretendemos, por meio dela, criar um ambiente em comum no qual será desenvolvido este diálogo que se constituirá, em um primeiro momento, no estabelecimento de uma convergência entre as reflexões de Vilém Flusser e Sérgio Buarque de Holanda que levam em consideração a relação entre os habitantes do Brasil e a natureza; e em seguida, na divergência entre os autores no que diz respeito a estas mesmas ideias que, através do contato que estabelecemos, fornecem um ao outro uma maior complexidade a qual produz tal afastamento. Observemos o desenrolar deste breve diálogo.

Vilém Flusser, ao desenvolver sua análise acerca da relação entre o brasileiro e a natureza, chamando a atenção para a ausência de cultura nesta, apresenta, assim, um panorama bastante distinto dos países europeus, o que o leva a considerar a “inacreditável monotonia da natureza brasileira”⁵. E, mais do que isto – o que nos interessa mais – chega a uma conclusão (ou ponto de partida) bastante interessante: “O brasileiro vive com sua natureza de duas formas: dentro dela e sem distância, ou contra ela, enquanto lutador da dignidade humana”⁶. Suspendamos esta segunda por um instante para nos concentrarmos no primeiro aspecto – embora seja aquela forma a qual merecerá maior atenção para nossas reflexões. Flusser capta, neste comportamento do brasileiro que o faz pensar nas casas dos caboclos que se erguem de modo análogo aos montes feitos por térmitas, confundindo-se, assim, com a natureza ao seu redor da qual tiram seu sustento não por meio do trabalho, mas sim do labor – atividade diretamente ligada aos processos biológicos dos seres humanos, ao clico vital destes⁷ –, a tendência para um certo “acomodamento” dos indivíduos aos espaços onde habitavam, característica ressaltada por Sérgio Buarque de Holanda quando às cidades portuguesas as quais confundiam-se com a paisagem e seguiam o traçado do relevo. “Cidades”, claro, se não considerarmos com muito rigor a definição fornecida por Max Weber, ou melhor, o aspecto em comum presente nas definições de vários tipos de cidades, a saber: “[A cidade] se trata, em todo o caso, de um assentamento fechado (pelo menos relativamente), um ‘povoado’, e não de uma ou várias moradias isoladas. Ao contrário, nas cidades (...) costumam as casas encontrar-se muito perto uma das outras (...)”⁸. Desta maneira, os exemplos fornecidos por Sérgio Buarque de Holanda e sua colocação de que “a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem”⁹, conquanto dizem respeito a outras características da colonização portuguesa, também carregam consigo esta peculiar,

senão “união”, o que seria um exagero e impossibilidade, *acomodação* estabelecida entre o brasileiro e a natureza que o cerca. Se pensarmos neste traço distintivo, componente da tradição ibérica que informava a cultura nacional e foi analisada em *Raízes do Brasil*, veremos não só sua continuidade, de modo que Flusser também observa tal característica em sua *Fenomenologia do Brasileiro*, como, igualmente, o fato de ser ele um indicativo valioso para a compreensão da relação que se estabelece com a natureza. Assim, poderíamos considerar não só a não superação desta tradição (pelo menos não totalmente) como também uma permanência silenciosa, que se move de maneira sub-reptícia, a qual acaba por influir naquela segunda forma – trataremos dela agora.

Quando Flusser diz que o brasileiro não se acha ligado à natureza, argumenta que para haver uma ligação, é preciso que esta, como já foi aventado, encerre movimentos de afastamento e aproximação, ou retorno. Ora, no instante em que o homem confunde-se com a natureza e nela *labora*, este movimento é incapaz de existir em vista de sua situação acomodatória, de (quase-)união – não há porque afastar-se e retornar, pois não há sentido ou razão para isto. E este mesmo movimento se acha ausente, claro, na outra forma de se “vivenciar” a natureza. Nas palavras de Flusser, o brasileiro “avança contra ela [a natureza] a ferro e fogo” e por isto “é preciso lutar contra a natureza com armas físicas e com as armas do espírito, e quem se alia à natureza trai a dignidade humana”¹⁰. Opondo-se a ela, não há como esperar afastamento ou retorno, ideias que pressupõe algum tipo de identificação com aquilo em relação ao que estes movimentos são feitos. O brasileiro, neste embate, surge como o defensor ou o lutador do espírito humano; ele coloca-se diante da natureza, buscando resisti-la e subjugar-la porque, caso contrário, estará *submetido* a ela. Para Flusser, a natureza, no Brasil, é um inimigo a ser combatido – um inimigo dissimulado, visto que não se apresenta, na imagem elaborada pelo autor, como um bloco de granito que repele o espírito humano e destrói seus instrumentos, mas sim como uma parede de algodão a qual envolve aquele e o faz perder-se, e não se permite agarrar por estes. Se voltarmos, mais uma vez, nossa atenção para o autor de *Raízes do Brasil*, não encontraremos no tipo ideal do aventureiro, o qual contribuiu largamente para a constituição de nossa cultura de raízes ibérica, e no gosto pela aventura, o fato de que aquele enfrentou “com denodo as asperezas ou resistências da natureza”¹¹? E no questionamento relativo à permanência de uma técnica primitiva de lavoura, sem progressos, a resposta não seria porque “para isso contribuíram as resistências da natureza”¹²?. E quem sabe a passividade do colono, como colocada por Sérgio Buarque de Holanda, não poderia ser uma demonstração de ressalva diante de um inimigo que tão bem conseguia esconder suas

ameaças. Daí a agricultura não ser “planejada, aparelhada, metódica e racional, é [antes] uma depredação da natureza, um esforço para colher sem plantar”¹³.

Neste sentido, Vilém Flusser acaba por considerar a natureza brasileira como “madrasta” (em sentido arquetípico negativo), e o brasileiro é seu “enteado”. E se o confundir-se com ela, limitando-se ao labor e a constituir mais um elemento no interior de um ciclo vital maior – talvez isto até seja visto de modo negativo, como a recusa da dignidade e do espírito humano – for colocado de lado, não resta outra opção a não ser a oposição franca e aberta, o estabelecimento de uma batalha de vida e morte, sem meios-termos visto que entre os polos opostos de tal embate, entre o brasileiro e a natureza não há qualquer tipo de identificação ou acordo, somente animosidade mútua. Não é, pois, à toa que a natureza no Brasil não é revestida de cultura, pois seria um contrassenso – não há reconhecimento, somente alienação de uma e do outro. Nas palavras de Flusser: “O fundamental alheamento que o brasileiro sente pela natureza faz com que a procure derrubar”¹⁴. Nada parece encontrar eco na monotonia e na falta de articulação da paisagem brasileira, daí o pouco ou nenhum problema em tentar derrotá-la, libertando-se o brasileiro de sua opressão. Ora, se é este o panorama apresentado, parece lícito indagar que tipo de influência recairá sobre o comportamento individual, quais práticas ou costumes podem advir daí, ou melhor, quais podem ser *reforçadas* – caso contrário correríamos o risco de retornarmos a antiquadas teorias, combatidas pelo próprio Sérgio Buarque de Holanda. Nesta maneira do brasileiro se relacionar com a natureza, o que poderá *contribuir* para o relacionamento entre eles mesmo? Acreditamos que a figura do homem cordial elaborada pelo autor de *Raízes do Brasil* pode dizer muito, ganhando, inclusive, mais um elemento para sua configuração. Vamos, a seguir, desenvolver esta argumentação.

O homem cordial, elemento fundamental neste grande livro de Sérgio Buarque de Holanda, parece gozar de alguma “popularidade”, ou seja, não há necessidade, dada a sua marcante presença na história do pensamento brasileiro, de despender muitas linhas para discutir ou apresentar tal conceito, sobretudo quando pensamos que outros pesquisadores já o fizeram com maestria, impedindo, também, que incautos leitores deixem-se iludir pela escolha do termo e considerem mais um elogio aos indivíduos brasileiros do que um problema de crucial importância para o país – parece que o próprio Vilém Flusser enveredou por um caminho marcado pela primeira situação, mas talvez o tenha feito de maneira deliberada (discutiremos isto mais a frente). Sendo assim, basta apenas lançar mão da sucinta explanação dada por Antonio Candido:

O ‘homem cordial’ não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O ‘homem cordial’ é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo (...)¹⁵.

Esta figura é, nestes termos, uma das principais culpadas pela confusão reinante no Brasil entre o espaço público e o privado, visto que este comportamento que busca a reprodução de um ambiente familiar onde quer que o indivíduo se encontre não encontrará limites, por exemplo, no Estado, com o qual se relacionará – ou dele fará parte – como se fosse um prolongamento da família, isto é, da vida privada, não dando espaço seja para a impessoalidade ou para a burocracia, elementos imprescindíveis para a formação e funcionamento do Estado moderno. A polidez e a civilidade (cuja essência, como colocou Richard Sennett, é o uso de máscaras¹⁶) são opostas ao homem cordial que encontra na sociedade a possibilidade de “libertar-se” da vida consigo mesmo¹⁷. Este tipo singular, historicamente construído, é o resultado de uma série de elementos – como Sérgio Buarque de Holanda bem demonstra ao longo dos quatro primeiros capítulos de sua obra. Um outro elemento não poderia ser acrescentado? Ou melhor, uma nova abordagem, um outro ângulo de análise propiciado pela reflexão de Vilém Flusser não poderia ser levado em consideração? Acreditamos em uma resposta positiva, vejamos.

Para o autor de *Fenomenologia do Brasileiro*, diante desta força contra a qual os homens devem erguer suas armas físicas e espirituais, assolados por uma natureza cruel (que dissimula sua crueldade) que é traduzida pela imagem da “madrasta”, aos brasileiros “para se viver aqui digna e significativamente, *não restam forças para serem mobilizadas contra o outro homem*”¹⁸. De acordo com Flusser, o brasileiro seria incapaz de odiar o outro porque todos os seus esforços e energias são utilizados contra a natureza. Decerto que as gritantes desigualdades e problemas das mais variadas ordens que assolam o Brasil não passam despercebidos pelo autor (que os considera maiores que em outros países), mas no interior da lógica do argumento que se propõe a fornecer, “sentimentos” negativos só têm lugar quando dirigidos à natureza, e neste sentido qualquer outra pessoa, qualquer outro ser humano torna-se um aliado na batalha contra aquela – daí aquela incapacidade de ódio ao outro: “Nem lhes [aos brasileiros] ocorre odiar o outro, já que tomam por óbvia a sua tarefa de estabelecer a dignidade humana (a dignidade de todos os homens) perante a natureza”¹⁹. É uma situação bastante distinta, por exemplo, dos países europeus que, já tendo dominado a natureza não possuíam mais meios de canalizar para ela sua animosidade a qual acabou sendo revertida contra o outro. Tanto nos países europeus quanto nos EUA, de acordo com Flusser, há uma

objetivação do outro, isto é, o outro é tratado como objeto, são reificados ou coisificados, e parecem formar grupos estranhos, distantes; isto não ocorre com os brasileiros para quem o outro é, também, uma pessoa, um sujeito, e não objeto. Neste sentido, onde o homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda adentra em tal discussão? Basta lembrarmos o que foi exposto logo acima sobre seu comportamento: sua busca por reproduzir um ambiente familiar onde quer que esteja, a nosso ver, parece indício desta falta de inclinação do brasileiro de tratar o outro como objeto, como alguém que lhe é estranho, e tal situação reflete ainda mais em sua pouca propensão à polidez ou a impessoalidade, pois ambas parecem denotar aquela distância a qual separa sujeitos e objetos, o “nós” do “eles”, tão refutada pelo brasileiro. Se, como indivíduo isolado, sente a opressão da natureza com a qual não se identifica e se sente ameaçado, ao viver em sociedade este sentimento perde sua intensidade pelo encontro com outros que certamente partilham dos mesmos problemas – o inimigo em comum é aquilo que lhes confere identidade e *reconhecimento*, e este só ocorre quando o Eu reconhece o outro Eu, e a partir daí ambos se constituem reciprocamente como sujeitos para além da relação sujeito-objeto. O homem cordial encerraria, assim, a visceral oposição à natureza, por um lado, e sua incessante busca por reconhecimento (nos/dos outros), por outro. Quando Sérgio Buarque de Holanda diz que a vida em sociedade, para o homem cordial, “é antes um viver nos outros”²⁰, isto parece apontar para a possibilidade do Eu só relacionar-se com o outro enquanto, também, Eu (enquanto sujeito, e não objeto; neste sentido, poder-se-ia considerar a natureza como Outro, como objeto com o qual uma relação, naqueles moldes aceitos pelo homem cordial, não seria possível – quando o indivíduo imiscui-se na natureza, significaria a indissociabilidade ou total indistinção de Eus, ou melhor, falta de diferenciação de/com o que se encontra a volta).

Neste ponto começa a delinear-se uma divergência no diálogo entre Vilém Flusser e Sérgio Buarque de Holanda, porque entra na discussão o Novo Homem que aquele busca – como indicado pelo subtítulo de sua obra. Tendo estabelecido a natureza e a maneira como os indivíduos (brasileiros) com ela se relacionam – daí não se tratar, aqui, de afirmar uma espécie de influência externa, “natural”, sobre as pessoas, mas sim apontar para tipos de sociabilidade os quais vêm à tona através de uma *relação* entre o indivíduo e a natureza a sua volta, isto é, de um agir com base na experiência imediata, cotidiana, e não por mera passividade – encontramos um espaço em comum onde as ideias de ambos nossos autores foram capazes de transitar, e aqui foi possível sua aproximação, cada qual fornecendo ângulos de análise e reflexão distintos, porém complementares. Agora, no entanto, este contato parece dissolver-se em dois percursos, e aqui devemos retomar algo enunciado anteriormente sobre o

que parece ter sido a escolha deliberada, por parte de Flusser, daquela interpretação positiva do homem cordial – decerto que não podemos afirmar peremptoriamente que o autor estivesse, no momento da redação, referindo-se a esta figura central de *Raízes do Brasil*, mas acreditamos que tal possibilidade não é absurda e, inclusive, parece encontrar sua lógica no raciocínio que esboça. Em determinado momento de seu livro, Flusser escreve que “Muitas vezes foi dito que a cordialidade caracteriza o brasileiro. Aqui este traço se torna claro e merece a denominação, talvez melhor, de ‘amabilidade’”²¹. O autor, aqui, aceita uma interpretação marcadamente positiva do brasileiro, deste homem cordial, tanto é que avança para um outro termo e passa longe daquelas considerações negativas traçadas por Sérgio Buarque de Holanda as quais deveriam ser superadas para que o Brasil pudesse adentrar uma ordem moderna onde este singular tipo seria erradicado. Vilém Flusser deixou-se enganar de maneira deliberada, a nosso ver, porque o fim daquela “cordialidade” no brasileiro levaria àquilo que julgava como pernicioso nos relacionamentos humanos: a objetivação do outro, a transformação deste em coisa. A impessoalidade, em última análise, seria o desenvolvimento de um processo de coisificação, do estabelecimento de uma relação sujeito-objeto no lugar de uma sujeito-sujeito. Claro que não se pode tomar esta argumentação de um modo simplório, como se Flusser, de algum modo, estivesse defendendo uma série de práticas e comportamentos cujos resultados perniciosos estão presentes até o dia de hoje na sociedade brasileira – fosse este o caso, sua percepção de uma série de problemas nacionais inexistiria; deve-se, sim, compreender tais ideias na lógica de seu pensamento e sobre o que ele pretende refletir, tanto é que na continuação de sua análise, Flusser chega a uma curiosa ambiguidade inerente ao comportamento do brasileiro a qual se encontra no cerne da problemática do tipo de relacionamento entre os indivíduos: como o brasileiro não vê o outro como objeto, então lhe é *impossível assumir responsabilidades* para com outras pessoas. Nas palavras de Flusser: “A responsabilidade pelo outro é responsabilidade coletiva por grupos (...), isto é, por grupos com os quais não se tem contato existencial, e é resultado da objetivação do outro”, desta maneira, para o brasileiro, “pessoas são sujeitos, não objetos, e portanto *cada qual é responsável por si, nunca por outros*. No fundo, assumir responsabilidade pelo outro é atitude contrária à essência brasileira”²². Aqui parece pulsar o “individualismo” ibérico apresentado em *Raízes do Brasil* através do personalismo e do culto ao mérito pessoal, do *cada um por si e Deus por todos*, o qual configura a pouca capacidade para uma organização social e do trabalho²³, visto que isto seria o mesmo que o estabelecimento de uma responsabilidade mútua por parte das pessoas. Retornando a Vilém Flusser, vemos que este considera a falta de responsabilidade como a “chaga social que aflige o brasileiro”²⁴, e aqui toma corpo a

ambiguidade do comportamento deste, pois aquilo que se pode considerar como o traço mais louvável (a não coisificação do outro), é também um dos mais prejudiciais, pois impede-o de fazer o que quer que seja em prol do outro, e o Novo Homem que Flusser busca (acreditando poder achá-lo no Brasil) é este indivíduo (sujeito) que reconhece o outro também como sujeito, mas que precisa, de algum modo, anular esta falha que lhe é inerente; é preciso que sua falta de responsabilidade seja superada por *algo que não seja responsabilidade*, ou seja, pela objetivação – característica dos povos europeus e norte-americano.

Se, para Sérgio Buarque de Holanda, o brasileiro na imagem do homem cordial passava por uma tensão entre seus valores e práticas e aqueles constitutivos de uma ordem moderna a qual precisava ser estabelecida para que o Brasil saísse da situação na qual se encontrava, em Vilém Flusser o brasileiro enfrenta uma tensão dentro de si mesmo – decerto que a problemática do Estado e do espaço público encontra-se suspensa para o autor – e é aqui onde reside a divergência fundamental entre ambos os autores. Uma parte daquilo que o primeiro julga que deve ser superado, o segundo acredita que deve ser resguardada, embora a tensão provocada precise de resolução. Para Flusser, no final, a humanidade atravessa uma crise e este traço essencial do brasileiro poderia vir a ser uma fonte de superação. Poder-se-ia conjecturar que, para ele, diferente de Holanda, a resposta para os problemas nacionais – e quiçá do mundo – não estaria *somente* no ingresso a uma ordem moderna, mas em uma reformulação das principais práticas aí encerradas.

4. Conclusão

Ambos os autores escrevem em momentos distintos, e sob óticas distintas, onde os problemas postos, ou as questões que são suscitadas, são de natureza variada, o que fornece a cada um e a cada livro sua singularidade no que diz respeito a abordagem e as conclusões, no entanto, no cerce de cada um conseguimos vislumbrar uma reflexão cujo objeto (ou sujeito?) é este indivíduo particular que é o brasileiro. Independente do ângulo tomado, todos voltam-se para ele e auxiliam na confecção de um quadro de crescente complexidade cujo resultado não é apenas uma maior compreensão deste tipo humano, mas também de sua forma de agir e das sociabilidades que se formam por meio da forma como ele se relaciona com outros – o que pode muito bem ser estendido para muito além da experiência cotidiana, ajudando no diagnóstico de questões que até hoje os interpelam. Acreditamos que a inclusão da problemática da natureza, trazida por Vilém Flusser, é de essencial importância para observamos com maior acuidade a realidade social brasileira, pois se insere como elemento

constitutivo da maneira como os indivíduos que aqui habitam se formaram. Neste sentido não só a análise de suas ideias é válida, como procurar estabelecer um diálogo entre elas e a de outros autores caros ao pensamento brasileiro seria, certamente, bastante profícuo. Neste breve artigo procuramos fazer ambos, começando por uma exposição sistemática de uma questão particular trabalhada por Flusser – da natureza, que ocupa um capítulo de sua *Fenomenologia do Brasileiro* – para, em seguida, propormos tal diálogo o qual propiciou pontos de convergência e divergência a despeito das distintas abordagens que, ainda assim, foi capaz de encontrar um terreno em comum onde a discussão pôde ocorrer. Talvez para os leitores mais habituados a Sérgio Buarque de Holanda, e menos a Vilém Flusser (isto quando não o desconhecem por completo), ou o contrário, esta tentativa possa ter parecido um tanto exótica, mas se após a leitura aquilo que foi exposto provocar um novo instante de reflexão por parte dos leitores ou indicar caminhos até então invisíveis ou pouco vislumbrados, então este esforço terá, certamente, valido a pena.

5. Notas

¹ Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Pesquisador do GrPesq *Idéias, Intelectuais e Instituições* (CNPq/UFF). Bolsista CAPES. E-mail: alexandre1337@yahoo.com.br.

² Mestranda em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO. Bolsista CAPES. E-mail: helena_vieira01@hotmail.com.

³ ALEXANDER, Jeffrey. “A importância dos clássicos”. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (orgs). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

⁴ Tradução: “Brasil ou a procura de um novo homem: por uma fenomenologia do subdesenvolvimento”.

⁵ FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do Brasileiro: em busca de um Novo Homem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 63.

⁶ Idem. p. 66.

⁷ Cf. ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 10ª Edição.

⁸ WEBER, Max. *Economia e Sociedade – Volume 2*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. p. 408. Weber faz um prolongado estudo sobre as cidades (a dominação não-legítima) o qual leva em consideração mais uma série de aspectos, cada qual condizente com um tipo. Aqui, como não diz respeito diretamente a nossa discussão, limitamo-nos a somente esta breve passagem. Ver também, sobre esta discussão: MACHADO, Brasil Pinheiro. “Raízes do Brasil: uma releitura”. In: EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 177.

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. 26ª Edição. p. 110.

¹⁰ FLUSSER, Vilém. op. cit. p. 61 e 65.

¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit. p. 46.

¹² Idem. p. 50.

¹³ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 6ª Edição. p. 127.

¹⁴ FLUSSER, Vilém. op. cit. p. 63.

¹⁵ CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit. p. 17.

¹⁶ SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1988. p. 323.

¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit. p. 147.

¹⁸ FLUSSER, Vilém. op. cit. p. 69-70. [o grifo é nosso]

¹⁹ Idem. p. 71.

²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit. p. 147.

²¹ FLUSSER, Vilém. op. cit. p. 71.

²² Idem. p. 71-72 [o grifo é nosso].

²³ SALLUM JR, Brasília. “Sérgio Buarque de Holanda – Raízes do Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico*. São Paulo: SENAC, 1999. p. 240-241.

²⁴ FLUSSER, Vilém. op. cit. p. 72.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1958]. 10ª Edição.

EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do Brasileiro: em busca de um Novo Homem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005 [1936]. 26ª Edição.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Univsersitária, 2008 [1793]. 2ª Edição.

MOTA, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico*. São Paulo: SENAC, 1999.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 6ª Edição.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1988.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade – Volume 2*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.